



Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Secretaria Executiva

Departamento de Apoio ao Conselho Nacional do Meio Ambiente e ao Sistema Nacional do Meio Ambiente – Dsisnama

2ª Reunião do Câmara Técnica de Controle Ambiental e Gestão Territorial

Data: 16 de outubro de 2024

Local: TEAMS

1. Presenças

Setor	Nome	Órgão
1 - Governo Federal	Rodrigo Agostinho – Presidente Câmara Técnica	IBAMA
1 – Governo Federal	Daniel Ramos Longo	Min. Portos e Aeroportos
2 – Governo Estadual	Manoel V. M. L. Vidal	Gov. PB
2 – Governo Estadual	Rodolfo Z. Bastos	Gov. PA
2 – Governo Estadual	Werner F. Tabosa	Gov. RN
3 - Governo Municipal	Gabriel O. C. S. Soares	Anamma Sudeste
3 - Governo Municipal	Fábio Porto de Paula	Anamma Norte
3 - Governo Municipal	Fernanda B. de Matos	Anamma Sul
3 - Governo Municipal	Allan Max A. F.	Anamma Nordeste
4 - Sociedade Civil e Trabalhadores	Maria Heloísa Dias	IA-RBMA
4 - Sociedade Civil e Trabalhadores	Zuleica Nicz	AMAR
4 - Sociedade Civil e Trabalhadores	Maria Lúcia B. C. da Silva	ABES
4 - Sociedade Civil e Trabalhadores	Tobias Tiago Vieira	MOVER
5 - Setor Empresarial	Maria do Socorro C. Branco	CNI
5 - Setor Empresarial	Nélson Ananias Filho	CNA
5 - Setor Empresarial	Patrícia Boson	CNT
5 - Setor Empresarial	Eduardo Ono	CNA
Departamento de Apoio ao CONAMA	Júlia Lopes Martins	DCONAMA/MMA
Participante	Luciene Mignani	Min. Pesca e Aquicultura
	Juliana Lopes da Silva	Min. Pesca e Aquicultura
Participante	Maria do Socorro	IBAMA
Observador (a)	Francisco Joeliton	IBAMA
Observador (a)	Magna Helena	ABEMA
Observador (a)	Marcelo Ribeiro	
Observador (a)	Rafael	
Observador (a)	Rodrigo Lemos	Guaicuy
Observador (a)	Mario Augusto de C. Cardoso	CNI
Observador (a)	Rodrigo Justus	CNA
Observador (a)	Bernardo Souto	
Observador (a)	Paloma Nascimento	Transportes GO

2. Abertura e pauta.

A Coordenadora Geral do DSISNAMA, Júlia Lopes, abriu a reunião após verificar o quórum e, na sequência, Rodrigo Agostinho coordenou a reunião cuja pauta foi a proposta de revisão da Resolução 413/2009 que dispõe sobre o licenciamento ambiental da aquicultura e dá outras providências.

3. Apresentação e debates sobre a matéria.

Rodrigo Agostinho considera a revisão da resolução 413/2009 de grande importância em razão dos avanços tecnológico, da expansão da atividade e em função dos impactos no ambiente, principalmente quando se trata de espécies exóticas ou silvestres fora do bioma onde ocorre naturalmente. Destacou o caso do pirarucu que está sendo criado em diversas regiões do Brasil. Compartilhou que percebe a ansia por parte de técnicos e membros da CTCAGT por debater o tema e, assim, deu a palavra aos proponentes da matéria e aos participantes da 2ª Reunião do CTCAGT.

Luciene Mignani – MPA – Destacou que a Resolução 413/2009 sempre foi o guia fundamental para o desenvolvimento da aquicultura, porém ficou defasada em razão tanto do avanço tecnológico quanto crescimento da atividade nas diferentes regiões em razão da grande disponibilidade de água no Brasil. Destacou a necessidade de equilibrar produção e conservação.

Juliana Lopes – MPA – fez a apresentação técnica da proposta de resolução. Ao abordar o tema, enfatizou o crescimento da atividade destacando que muitos produtores estão na atividade “apesar” da regulação no sentido de que, para aqueles, a regulamentação está em segundo plano. Explicou que, por meio Rede de Aquicultura (EMBRAPA-MPA), percebeu-se que existem mais produtores na atividade que aqueles identificados por via dos órgãos licenciadores. Apontou que muitos produtores querem regularizar, porém, em algumas regiões, eles encontram dificuldades. Após essa contextualização entre o crescimento e a regulamentação, fez apresentação das principais características da proposta de resolução: a) licença por adesão, destacou que a dispensa de licenciamento não implica não ter cadastro no órgão licenciador; b) substituir porte por produtividade para classificar empreendimentos; c) grupos conforme grau de intensividade; d) nova proposta de monitorar efluentes; e) tocar grau de periculosidade por espécie autorizada pelo IBAMA;

Heloísa Dias – ONG – destacou que concorda com a importância da atividade e reconhece o avanço tecnológico da aquicultura seja para produtores especializados quanto para populações tradicionais. Com o crescimento da atividade faltou cuidados na avaliação da ocupação pela atividade em áreas de preservação permanentes. Destacou que escuta dizer que se utiliza muito antibióticos na ração porque sem eles a criação de peixes é inviável.

Agostinho – IBAMA – manifestou preocupação com falta de licenciamento, espécies sendo criadas fora da bacia de ocorrência natural, empreendimentos em ambientes sensíveis como p. ex. áreas úmidas.

Luciana Mignani – MPA – Reforçou que hoje quem não é licenciado é o pequeno produtor. Visando superar esta realidade está se construindo diálogo com ABEMA E ANAMMA.

Fábio Porto – ANAMMA – no norte do Brasil a preocupação é com tanques escavados e dificuldade para conseguir laboratórios.

Francisco Joelito – IBAMA – Não há dúvidas sobre a importância da atividade porque hoje a atividade produz mais peixe que a pesca. Este fato por si indica a necessidade de regulação, equilibrar o setor produtivo com preservação ambiental por meio de regras capazes de induzir boas práticas na atividade.

Rodrigo Agostinho – IBAMA – propôs a criação de Grupo de trabalho que foi aceito por unanimidade.

4. Encaminhamentos sobre o Grupo de Trabalho.

- Coordenação do GT - Ministério da Pesca e Aquicultura.
- Vice-Coordenação do GT - Luciana Gomes Barbosa – SBPC
- Relatoria – IBAMA.
- Prazo do Grupo de Trabalho – 4 meses (novembro, dezembro, janeiro, fevereiro) com votação na CTCAGT prevista para março.
- Dois representantes por segmento.
- Podem ser convidados especialistas quando necessário.
- Membros da CTCAGT devem indicar membros do GT ao DCONAMA

Obs. Não ficou marcada a primeira reunião.

5. Encerramento.

Rodrigo Agostinho agradeceu a participação de todos, reforçou mais uma vez a importância da atividade e a necessidade de cuidados com ambiente onde ela é desenvolvida.